

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO
BERNARDO DO CAMPO**

ATA CMDCA 803ª RO

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, realizou-se de modo presencial a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Veranilda de Oliveira Guimarães, Neide dos Santos Brentegani, Abgair Maria L. Oliveira Flávia Fioravanti, Francisco Pizzo, Maria da Conceição do N.P. de Oliveira, Cátia Rodrigues de Sant'ana Prometi, Rosemeire Gomes dos Santos Jangrossi, Simone Alves da Silva, Alexander Pereira Bruno, Fernanda Martins de Almeida, Marcia de Oliveira Urso, Eliseu de Souza Pereira, Monica Regina Rodrigues Destro; como convidados/observadores: Renata Marques de Oliveira, Ana Paula S. Silva, Mauricio B., Andreia Cassia da C. Martins, Edilene Lima, Vera Lucia de Oliveira, Lourdes Veronesi, José Nilson da Silva, Mariza Sousa Pereira, Erlaine de Souza Oliveira, Rosa Regina de O. Delgado, Juliana R. Dalécio Feliciano, Anderson Lopes Menezes, Sidneia Bueno, Karoline R. Gregório, Ana Paula da Mota Borges e Roberta Alonso Nunes. 1) Abertura: Na abertura da reunião às 9h10 minutos a sra. Coordenadora do CMDCA sra. Veranilda Guimarães inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes. Em seguida, solicita a chamada para verificação do quórum para início da reunião. A Sra. Adriana secretária executiva informa que temos quórum do CMDCA para iniciarmos a reunião. Passa-se para o próximo item da pauta, encaminhada a todos na convocação por e-mail: 2) Justificativa de ausência de conselheiros: São apresentadas as justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Jussara Almeida Bezerra, Claudia Lopes da Silva, Frida Baby Waidergorn Cordeiro, Márcia Silveira da Costa, Roseclair da Silva, Ana Carolini Carneiro de Carvalho e Silva, Maria Aparecida Antunes Traçatto, Janaina Gleiciene Silva Pereira (compromissos profissionais), Denise Batista da Luz, Leandro de Jesus Rodrigues, Elen Cristina Roque de Aguiar (licença médica). *“De acordo com § 1º do Art. 27 do Decreto nº 22.801/2024, que dispõe sobre o Regimento Interno do CMDCA: §1º O prazo para apresentar justificativa de ausência é de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, e deve ser enviada por escrito à Secretaria do CMDCA/SBC, por meio físico ou eletrônico, devendo a Secretaria arquivá-la., e-mail: cmdca@saobernardo.sp.gov.br., para que possamos então fazer as devidas anotações. Obs.: É de responsabilidade do conselheiro, manter seus dados de contato atualizados junto à Secretaria do CMDCA”*. O sr. Francisco vice coordenador do CMDCA pergunta aos presentes se podemos aprovar as justificativas de ausência por consenso e todos os membros aprovam. Sendo assim, as justificativas de ausências dos Conselheiros do CMDCA foram aprovadas a favor por consenso. Dando continuidade à pauta foi realizada a deliberação da minuta da ata 802ª da Reunião Ordinária, realizada em trinta de abril de dois mil e vinte e cinco. Foi perguntado se há algum destaque, supressão ou comentário e se algum conselheiro presente gostaria de fazer alguma alteração, pois não foi enviado nenhuma proposta de alteração no formulário enviado, como não há proposta de alterações, como não há nenhuma proposta de alteração foi perguntado se podemos aprovar a ata por consenso e todos os conselheiros concordam. A ata 802ª da Reunião Ordinária do CMDCA realizada em 30/04/2025 foi aprovada por consenso de todos os conselheiros. Dando sequência a pauta da reunião, o sr. Francisco apresenta o item 4) Propostas da Mesa Coordenadora, com o item 4.1) Comissão Jurídico Financeira que fez a análise para do Plano de Aplicação para as adequações necessárias para podermos prosseguir com o Edital. 4.1a) Proposta de adequação do Plano de Aplicação 2025/2026, a Conselheira sra. Cátia coordenadora da Comissão Jurídico Financeira realiza a apresentação e é projetado em tela o Plano de Aplicação, e explica que a Comissão convidou um membro do Conselho Tutelar que foi a sra. Eleni para auxiliar com os eixos e chegamos aos indicativos, e solicitamos que vocês analisem para que possamos ter um Edital correto e termos bons projetos, e a inclusão do 1) Eixo - Direito à convivência familiar e comunitária e a permanência dos outros eixos: 2) Eixo - fortalecimento do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente; 3) Eixo - Direito à vida, igualdade e segurança pública; 4) Eixo - direito à liberdade, respeito e dignidade; 5) Eixo - direito à proteção social de assistência social; 6) Eixo - direito à educação, cultura, esporte e lazer; 7) Eixo - direito à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos; 8) Eixo – direito a profissionalização e à proteção de exploração no âmbito do trabalho.

4.2) Apresentação das considerações sobre a Minuta do Edital de Chamamento – CMDCA. A Conselheira Márcia membro da Comissão acrescenta que fizemos o que está no plano, e ficou muito genérico, e se é possível fazer uma revisão do Plano de Ação que vai até 2026, e na questão do direito à profissionalização e não menciona a lei do aprendiz, então ficou bem aberto, então não sei se legalmente é possível chamar uma comissão. O Conselheiro sr. Francisco pontua que a intenção para o Edital é deixar o Plano de Aplicação condizente com o Plano de Ação, e cada organização ter a liberdade de delimitar o seu projeto, podendo contemplar o jovem aprendiz de acordo com a legislação, ou até oferecer cursos de capacitação para os adolescentes, então fica meio aberto, não se restringe especificamente para um, cada organização pode apresentar o projeto que quiser, e se delimitado junto com a legislação melhor, porque tem amparo legal, se quiser fazer na sua organização a capacitação de um curso específico, que a demanda local assim solicita e atende os anseios dos adolescentes que estão inscritos. A sra. Andreia coloca uma sugestão de que se monte um programa de aprendizagem que se monte até uma proposta para ser apresentada no Edital. A Conselheira Cátia ressalta a importância de divulgar o projeto. A sra. Andréia coloca a dificuldade de formar as turmas, e que a Secretaria de Saúde ajudou a divulgar bastante na UBS. A Conselheira Neide pontua que acredita que seja a dificuldade de adesão é a dificuldade de acesso. Mas no caso, nesse projeto é garantido o transporte. A sra. Andréia explica que está fazendo o levantamento para acontecer o projeto, como o da BASF e da Leroy Merlin. O sr. Anderson pontua que participou da construção do plano e ele é abrangente como uma justificativa por uma questão temporal de quatro anos como é previsto em lei, e o plano de aplicação tem essa característica de ser anual, e essas foram as prioridades, e infelizmente o orçamento tem que escolher e políticas públicas também. E fazer um trabalho em conjunto e se unir, e as entidades que puderem trabalhar os dois eixos de fortalecimento e profissionalização, a dificuldade de ter o acesso e a de preencher as vagas, e qual o crédito que esses jovens dão a essa formação e a necessidade de ter uma comissão para acompanhar o plano de ação e o próximo Plano de Ação que será pensado para o ano que vem. E a sra. Andréia coloca a importância de dialogar com a questão das políticas públicas. A sra. Cátia acrescenta que é preciso verificar também sobre a evasão escolar, fazer essa busca ativa não só das entidades. A Coordenadora coloca que a ABASC começou a falar com o poder público pois muitas vezes não entendem o papel de fortalecimento de vínculo, e a importância do CMDCA e a Secretaria de Desenvolvimento e Cidadania não tem conseguido um diálogo com a Secretaria de Educação e temos que convidar a Secretaria de Esportes e Secretaria de Cultura pois é um trabalho conjunto, pois é a criança, o adolescente e a família que não vai ter um curso e um acompanhamento e o fortalecimento de vínculo atende o território e aquela família. E o jovem aprendiz é extremamente necessário a conexão das empresas com as instituições, abrir um espaço para a divulgação, pois somos parceiros. A Conselheira Abigail pontua que a educação nos vê como adversários, e tem uma escola no fundo da instituição, essas crianças são de lá, ficam no integral das 14h às 21h15, e eles vão chorando pois não tem como participar das atividades da instituição, e fomos várias vezes para conversar, mas a direção não recebe, e inclusive as apresentações musicais que estão fazendo, são o que aprenderam em projetos na instituição. O Conselheiro Francisco acrescenta que o Conselho é o espaço para discutir políticas públicas e adequações, e propõe se podemos marcar uma reunião extraordinária e convidar a Secretaria de Educação para apresentar a proposta de política para a educação do município, a Secretaria de Esporte e Secretaria de Cultura. A sra. Vera acrescenta de convidar a Secretaria de Educação Estadual onde estão a maior parte dos adolescentes e temos que ir atrás da baixa frequência, para não chegar a evasão, e notificar para participar da reunião. A sra. Neia acrescenta que em relação ao poder público o mais importante e urgente é saber se está funcionando ou não, e a qualidade do atendimento dentro do serviço. O Conselheiro Francisco acrescenta se a proposta educacional e o objetivo está sendo atendido com o período integral ou estão ficando ociosos, e como já aconteceu no passado as organizações fizeram parcerias e trabalharam dentro do âmbito escolar e propor isso para a Secretaria de Educação. O sr. Anderson acrescenta que estamos falando de demandas que atendem necessidades diferentes, uma demanda de aprendizado e a outra pode ser um conflito familiar entre outros, e concorda que as políticas têm que conversar e funcionar de maneira assíncrona, e quando o poder público abre mão de executar o serviço diretamente e sobrecarrega as entidades com a demanda, a atuação em rede fica prejudicada, pois podemos abrir uma organização por dia e não vai dar conta, e deve-se trazer as secretarias para discutir e principalmente a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e a Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e que tem essas funções para discutir. A sra. Juliana acrescenta um exemplo da força tarefa da Cultura de Paz e que ela participa e o ano passado teve

um conflito de rede social e a força tarefa foi lá dialogar e propor políticas públicas para avançarmos. A Conselheira Tutelar Lourdes um dos enfoques em discussão com os secretários nesta a gestão foi a questão da retomada da profissionalização dos jovens e a proposta da Mesa Coordenadora é muito boa, e fortalecer a ideia de que os conselhos precisam conversar entre si e vamos construindo uma política voltada para crianças e adolescentes e perpassa por todas as políticas públicas e considera que estamos no caminho certo. A Conselheira sra. Márcia que a conversa com a secretaria estadual, as tentativas já são há mais de dois anos. O sr. Francisco coloca que podemos convidar a representante da secretaria estadual que já participa como membro do Comitê de Gestão Colegiada. O Conselheiro sr. Francisco segue em continuidade a pauta da Reunião Ordinária passou-se ao item: 4.1.a) Proposta de adequação do Plano de Aplicação Financeira 2025/2026 com a proposta de alteração analisada pela Comissão Jurídico Financeira com inclusão do eixo - Direito à convivência familiar e comunitária, essa alteração é necessária colocar em votação, e o Plano de Aplicação Financeira precisa ser revalidado para 2026 porque os ajustes vão ultrapassar o exercício financeiro 2025, já temos que aprovar o pagamento para 2026. É posto em votação a aprovação a alteração proposta pela Comissão Jurídico Financeiro e revalidação do Plano de Aplicação para 2026 para financiamento dos projetos em virtude do Edital. Foi aprovada a alteração proposta pela Comissão Jurídico Financeiro do Plano de Aplicação e revalidação do Plano de Aplicação para 2026 para financiamento dos projetos em virtude do Edital por 11 votos. Em seguida o Conselheiro sr. Francisco propõe ao pleno para ser colocado em votação o convite para as Secretarias para participar da Reunião Ordinária. Foi aprovada por 11 votos a proposta para o convite das Secretarias para participarem da Reunião Ordinária. Em sequência à pauta proposta o próximo item: 4.2) Apresentação das considerações sobre a Minuta do Edital de Chamamento - CMDCA. O Conselheiro sr. Francisco consulta a secretaria executiva do CMDCA se houve alguma sugestão de acréscimo para a Minuta que foi enviada a todos os Conselheiros e está disponível no site. A sra. Adriana secretária executiva responde que não houve o envio de nenhuma sugestão de acréscimo, supressão ou destaque. 4.2 a) Proposta de capacitação para as OSCs registradas para viabilizar a elaboração de projetos. O Conselheiro sr. Francisco explica que a Proposta de Edital de chamamento visa receber até dois projetos por organizações, sendo que possivelmente um projeto será financiado com recurso do fundo municipal e o outro projeto fica autorizado para captação de recursos junto a iniciativa privada, caso o projeto encaminhado para financiamento do fundo não tenha classificação, pois temos um saldo limite para ser utilizado e caso ultrapasse esse saldo, ele também vai ser autorizado para captação de recursos junto a iniciativa privada utilização o mesmo Edital é para financiamento de projetos até o limite de quatro milhões é o que foi aprovado no Plano de Aplicação Financeira e os demais ficam autorizados para captação de recursos até dois anos, então não há necessidade de publicar um novo Edital. E no Edital está previsto que cada projeto a ser apresentado pela OSC não foi delimitado os valores como no Edital anterior, o teto é de quinhentos mil reais para financiamento do projeto se for aprovado pela Comissão, cada organização estipula o seu projeto e dimensiona qual vai ser o custo para a execução do seu projeto e a Comissão vai analisar e classificar todos eles, até vinte e quatro meses para a execução. É perguntado ao pleno se há alguma dúvida, pergunta ou observação sobre a minuta do Edital de chamamento. Como não foi apresentada nenhuma dúvida passou-se para a votação para a aprovação da minuta do Edital de chamamento para apresentação de propostas das organizações inscritas no CMDCA. Foi aprovada por 11 votos a proposta de Minuta do Edital de Chamamento - CMDCA. E em seguida pediu-se a indicação de três Conselheiros da Osc – Sociedade Civil ou que não irá apresentar projetos, pois não para a Comissão de Seleção do CMDCA e pela Comissão da Secretaria. E para a convocação do Edital é pela Lei nº 13.019, após algumas colocações e perguntas sobre se quem participou do outro Edital poderá participar deste, e é respondido que sim. A proposta colocada em votação é de que os três representantes da sociedade civil participem da Comissão do Edital e que o representante da OSC se abstenha de avaliar e analisar o projeto da própria OSC da qual é membro que representa. E é perguntado ao pleno se concordam, como todos concordam, a proposta é colocada em votação. A proposta que o representante da OSC na Comissão do Edital se abstenha de avaliar e analisar o projeto da própria OSC da qual é membro que representa é aprovada por 11 votos. É solicitado que seja acrescido na minuta do Edital: no item 6.2- I.a) caso o representante da OSC apresente o projeto a ser analisado, o mesmo deverá se abster da análise e aprovação. Seguiu-se para a indicação dos representantes da sociedade civil para compor a Comissão do Edital: Marcia de Oliveira Urso, Neide dos Santos Brentegani, Maria da Conceição do N.P. de Oliveira. Em seguida foi colocado em votação

170 a proposta de acréscimo do item 6.2) l.a) caso o representante da OSC apresente o projeto a ser
171 analisado, o mesmo deverá se abster da análise e aprovação. A proposta foi aprovada por 11 votos.
172 4.2.a) Proposta de capacitação para as OSCs registradas para viabilizar a elaboração
173 de projetos. O Conselheiro sr. Francisco explica que devido à dificuldade apresentada
174 no Edital passado de promover a capacitação para todas as organizações em três
175 encontros, um encontro para tratarmos sobre a identificação do objeto,
176 desenvolvimento da ação, o segundo encontro para a parte técnica e estrutural da
177 proposta ou do plano de trabalho a ser apresentado e o terceiro encontro vinculando
178 ao orçamentário e financeiro para a execução. E propomos no dia dessas
179 capacitações ser disponibilizado um coffee break nesse meio período de capacitação,
180 e podemos efetuar aos sábados ou durante a semana em calendário a ser definido,
181 na mesma semana ou em três semanas distintas. E esse edital ficará aberto por
182 sessenta dias. Em seguida foi apresentado o orçamento para R\$3.139,50 por dia, ao
183 total de R\$ 9.418, 50 pelos três dias e essa capacitação é para dois representantes
184 de cada organização que tem inscrição ativa no CMDCA, principalmente o
185 responsável técnico, e o presidente ou responsável financeiro, 102 pessoas mais os
186 técnicos que vão oferecer o curso, e o local a ser definido. É colocado em votação a
187 aprovação da capacitação com o recurso do Fundo e já está previsto no Plano de
188 Ação. A proposta de capacitação em três encontros com fornecimento coffee break
189 no valor de até dez mil reais é aprovada por 11 votos. Dando sequência a reunião
190 passou-se para o item 4.3) Comissão de Registro e Técnica. A Conselheira sra. Maria Conceição
191 faz a apresentação e ressalta que além da documentação analisada foram realizadas as visitas:
192 4.3.a) Proposta de Renovação de registro das OSCs: Lar da Mamãe Clory, que atende sob o nº 29 -
193 Apoio Socioeducativo em meio aberto - faixa etária de 07 à 15 anos em média 160 atendidos por
194 mês, toda a documentação foi analisada pela Comissão de Registro e Técnica e Comissão Jurídico
195 e Financeira, e o parecer é favorável a renovação do registro. Foi perguntado se tem algum
196 representante presente, e sim a representante do Lar da Mamãe Clory agradece a todos. Foi
197 aprovada o pedido de renovação de registro do Lar da Mamãe Clory, por 11 votos. Em seguida o
198 pedido de renovação de registro da Associação Assistencial Carlos Henrique Thomaz que atende
199 sob o nº 96 - Apoio Socioeducativo em meio aberto na faixa etária de 07 à 14 anos com média de 30
200 atendidos por mês, toda a documentação foi analisada pela Comissão de Registro e Técnica e
201 Comissão Jurídico e Financeira, e o parecer é favorável a renovação do registro. Foi perguntado se
202 tem algum representante presente e a sra. Sheila representante está presente e agradece e se coloca
203 a disposição o que puder auxiliar. Foi aprovada o pedido de renovação de registro da Associação
204 Assistencial Carlos Henrique Thomaz, por 11 votos. Em seguida passou-se para a apresentação
205 do Centro Cultural Afro Brasileiro Francisco Solano Trindade que atende sob o nº 45 Apoio
206 Socioeducativo em meio aberto com faixa etária de 06 à 17 anos com uma média de 50 atendidos
207 por mês, toda a documentação foi analisada pela Comissão de Registro e Técnica e Comissão
208 Jurídico e Financeira, e o parecer é favorável a renovação do registro, a sra. Erlaine representante
209 agradece a aprovação e que a organização trabalha praticamente solo, e que é uma situação de
210 política pública que tem que chegar naquela comunidade, uma pauta para se olhar para aquela
211 população que está há mais de trinta anos naquelas condições que a visita viu, sem saneamento
212 básico. Foi aprovada o pedido de renovação de registro do Centro Cultural Afro Brasileiro Francisco
213 Solano Trindade, por 11 votos. Em seguida passou-se para o item da pauta para 4.3.b) Proposta de
214 arquivamento de solicitação de registro da OSC Missão do Coração Aquecido, a sra. Maria Conceição
215 explica que colocamos em pauta pelo arquivamento, pois foi recebido pelo CMDCA alguns
216 documentos para solicitação de registro, porém os documentos foram analisados e precisavam
217 realizar algumas alterações e não conseguimos contato, não tivemos retorno dos e-mails enviados,
218 não vieram presencialmente conversar com a Comissão e colocamos em votação pelo arquivamento
219 do pedido e a OSC tem a possibilidade de entrar com um novo pedido. A sra. Adriana secretária
220 executiva acrescenta que tentamos contato telefônico em todos os números sem sucesso. Foi
221 aprovada o arquivamento do pedido de registro da OSC Missão do Coração Aquecido, por 11 votos.
222 4.3.c) Recomposição da Comissão de Registro e Técnica. O Conselheiro sr. Francisco explica que o

223 poder público precisa indicar um outro nome para a Comissão de Registro e Técnica precisa de uma
224 nova indicação, pois a Claudia da Secretaria de Educação deixou de compor, e a representante da
225 Secretaria de Educação sra. Ana Paula irá levar a questão do pedido de indicação para a Secretaria
226 de Educação. Passou-se para o próximo item da pauta :4.4) Comitê de Gestão Colegiada. 4.4.a)
227 Avaliação sobre a 1ª Caminhada de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e
228 Adolescentes. O Conselheiro sr. Francisco ressalta que foi muito importante esse passo da primeira
229 caminhada e o Comitê de Gestão Colegiada foi criado em 2021, e essa foi a primeira caminhada e
230 foi entregue uma minuta de proposta ao prefeito sr. Marcelo Lima a inclusão no calendário municipal
231 dessa data como o combate ao abuso da criança e do adolescente, e coloca que foi percebida uma
232 baixa adesão das organizações da sociedade civil, tínhamos representantes do Ministério Público,
233 Polícia Militar- PROERD, Polícia Civil, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar. E houve um ato na rede
234 social de um vereador que divulgou uma matéria como se ele estivesse promovendo esta caminhada
235 e sobre pedofilia, deturpou totalmente, e plagiou o que estávamos executando, e vamos encaminhar
236 como Mesa Coordenadora ciente desse fato, vamos encaminhar um ofício de repúdio a Câmara dos
237 Vereadores para que retrate os fatos. A sra. Veranilda agradece a todos e de retomar a
238 responsabilidade que é do Conselho e discussão sobre os temas, e estamos no início ainda ressalta
239 a importância da participação e sentimos falta das instituições e trabalharmos em unidade e parceria.
240 Em destaque nos informes temos um convite para a reunião ampliada que é da pré-Conferência da
241 Assistência Social que será no dia 05/06/2025 no CAMP, e convida a todos para fazerem sua
242 inscrição. Encerramento: Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Veranilda Guimarães dá por
243 encerrada a 803ª Reunião Ordinária às 11 horas 20 minutos. A sra. Adriana Ciqueira Rodrigues
244 Secretária Executiva do CMDCA secretaria esta reunião, sendo a Ata lavrada pela Sra. Roberta
245 Alonso Nunes, a qual assina juntamente com a Sr. Francisco Pizzo, Vice Coordenador do
246 CMDCA/SBC e com a Sra. Neide dos Santos Brentegani, primeira secretária do CMDCA/SBC